## Mobilidade Pendular Transfronteiriça

Este texto teve como intuito analisar e refletir sobre o fenômeno caracterizado como mobilidade pendular transfronteiriça. Os sujeitos pesquisados foram trabalhadores de rua conhecidos como ambulantes, mais especificamente aqueles que vendem produtos como frutas, erva mate e balas de goma nos semáforos e em alguns pontos específicos da cidade, como avenidas e ruas movimentadas. Esses trabalhadores informais se deslocam,todos os dias, dos municípiosparaguaios de Ciudad del Este e Puerto Presidente Franco,até chegar nas ruas de Foz do Iguaçu/BR para vender as suas mercadorias. Ao final do dia retornam ao seu país de origem, configurando, assim, o movimento pendular transfronteiriço. Para verificar esse fenômeno foi utilizado técnica de pesquisa etnográfica, com a aplicação de um questionário semi-estruturado.

Graduado em Ciências Sociais Licenciatura e Bacharel pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Membro do Laboratório de Pesquisa em Fronteira, Estado e Relações Sociais - LAFRONT. Área de interesse: trabalho, movimentos sociais e práticas ilegais em regiões de fronteira.

978-613-9-75715-2

FOR AUTHOR USE ONLY

Giovane da Silva Lozano

# Mobilidade Pendular Transfronteiriça

## uma análise dos trabalhadores paraguaios que atuam nas ruas de Foz do Iguaçu/PR

Novas Edições Acadêmicas

**Giovane da Silva Lozano**

**Mobilidade Pendular Transfronteiriça**

FOR AUTHOR USE ONLY

FOR AUTHOR USE ONLY

**Giovane da Silva Lozano**

# Mobilidade Pendular Transfronteiriça

## uma análise dos trabalhadores paraguaios que atuam nas ruas de Foz do Iguaçu/PR

FOR AUTHOR USE ONLY

**Novas Edições Acadêmicas**

**Imprint**
Any brand names and product names mentioned in this book are subject to trademark, brand or patent protection and are trademarks or registered trademarks of their respective holders. The use of brand names, product names, common names, trade names, product descriptions etc. even without a particular marking in this work is in no way to be construed to mean that such names may be regarded as unrestricted in respect of trademark and brand protection legislation and could thus be used by anyone.

Cover image: www.ingimage.com

Publisher:
Novas Edições Acadêmicas
is a trademark of
International Book Market Service Ltd., member of OmniScriptum Publishing Group
17 Meldrum Street, Beau Bassin 71504, Mauritius

Printed at: see last page
**ISBN: 978-613-9-75715-2**

Copyright © Giovane da Silva Lozano
Copyright © 2019 International Book Market Service Ltd., member of OmniScriptum Publishing Group

FOR AUTHOR USE ONLY

**RESUMO**

Este texto teve como intuito analisar e refletir sobre o fenômeno caracterizado como mobilidade pendular transfronteiriça. Os sujeitos pesquisados foram trabalhadores de rua conhecidos como ambulantes mais especificamente aqueles que vendem produtos como frutas, erva mate e balas de goma nos semáforos e em alguns pontos específicos da cidade, como avenidas e ruas movimentadas. Esses trabalhadores informais se deslocam, todos os dias, dos municípios paraguaios de Ciudad del Este e Puerto Presidente Franco,até chegar nas ruas de Foz do Iguaçu/BR para vender as suas mercadorias. Ao final do dia retornam ao seu país de origem, configurando, assim, o movimento pendular transfronteiriço. Para verificar esse fenômeno foi utilizado técnica de pesquisa etnográfica, com a aplicação de um questionário semi-estruturado.

**Palavras-chave:** Fronteira. Mobilidade pendular. Trabalhadores ambulantes.

FOR AUTHOR USE ONLY

**RESUMEN**

Este artículo tuvo como intención analizar y reflexionar sobre el fenómeno caracterizado como movilidad pendular transfronteriza. Los sujetos investigados fueron trabajadores de calle conocidos como ambulantes, más específicamente aquellos que venden productos como frutas, yerba mate y balas de goma en los semáforos y en algunos puntos específicos de la ciudad, como avenidas y calles con mucho movimiento. Estos trabajadores informales se dislocan, todos los días, de los municipios paraguayos de Ciudad del Este y Puerto Presidente Franco, hasta llegar en las calles de Foz de Iguazú/BR para vender sus mercancías. Al final del día vuelven a su país de origen, de esta forma configurando un movimiento pendular transfronterizo. Para verificar ese fenómeno fue utilizado técnica de investigación etnográfica, con la aplicación de un cuestionario semiestructurado.

**Palabras-claves**: Frontera. Movilidad pendular. Trabajadores ambulantes.

FOR AUTHOR USE ONLY

## 1 INTRODUÇÃO

O presente texto tem como objeto de estudo a mobilidade pendular transfronteiriça na fronteira internacional entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina. Os sujeitos pesquisados são ambulantes de nacionalidade paraguaia que atuam no município de Foz do Iguaçu, sendo os agentes da mobilidade laboral dessa fronteira.

Transitar na cidade de Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil principalmente em suas vias principais e nas regiões mais próximas a fronteira do Brasil com o Paraguai, possibilita a observação de um conjunto de práticas laborais informais. Muito além daqueles trabalhadores inseridos no "circuito sacoleiro"[1], visualiza-se uma multiplicidade de vendedores ambulantes que negociam os mais diferentes tipos de produtos, flanelinhas, divulgadores de lojas e de serviços de transporte.

Entre estes trabalhadores que atuam nas ruas da cidade também se destaca o fato de muitos não serem brasileiros. Chilenos, bolivianos, argentinos, paraguaios, dividem o espaço da cidade e os pontos de maior circulação para vender artesanato, comida, bebida e para apresentarem números circenses. No entanto, entre estes existem diferenças e uma que é decisiva para o recorte de nosso estudo diz respeito à circularidade destes trabalhadores.

FOR AUTHOR USE ONLY

Existem trabalhadores que atuam em Foz do Iguaçu de uma maneira temporária, são jovens que param no município e ficam apenas alguns dias para depois continuarem viajando a diferentes destinos. Nesta curta estadia, frequentemente desenvolvem atividades nas ruas para levantar algum recurso paras cobrir as despesas pessoais. Além destes "trabalhadores estrangeiros temporários", existe um grande contingente de garotas de programa de nacionalidade paraguaia, assim como de trabalhadores da construção civil e empregadas domésticas (FARINA, 2015).

Estas três últimas categorias correspondem ou se enquadram naquilo que é definido pelo campo legislativo como trabalhadores fronteiriços. Outra

[1]Para saber mais sobre o "circuito sacoleiro" e os trabalhadores que atuam nele, ler: CARDIN, Eric Gustavo. Trabalho e práticas de contrabando na fronteira do Brasil com o Paraguai. **Geopolítica(s) – Revista de estudios sobre espacio y poder**, Madrid, v. 3, n. 2, p. 207-234, jul./dez. 2012.

categoria que também se aproxima desta definição diz respeito aos vendedores ambulantes paraguaios. Nesta pesquisa nos concentraremos especificamente nestes sujeitos, mais especificamente nos trabalhadores que desempenham suas atividades de maneira continua a mais de cinco anos. Este recorte temporal se tornou necessário para podermos desenvolver uma relação de pesquisa mais estável, mas também para termos interlocutores com um conjunto de experiências que permitam problematizar as condições mais amplas de um trabalhador fronteiriço.

No conjunto dos estudos sobre os trabalhadores na Tríplice Fronteira, observa-se que a grande mobilidade de trabalhadores brasileiros na busca de rendimentos nas cidades vizinhas estava diretamente relacionada com o fato de que o ganho econômico era muito maior do que o possível no mercado de trabalho brasileiro (PINHEIRO-MACHADO, 2005; CARDIN, 2006; DAVI, 2008; MASUZAKI, 2010; CORONEL, 2013; FIOROTTI, 2015). Contudo, este movimento de pessoas na fronteira não é exclusivo dos brasileiros em direção ao Paraguai. Também existem trabalhadores paraguaios que diariamente atravessam a Ponte da Amizade para trabalhar no lado brasileiro.

FOR AUTHOR USE ONLY

Deste contingente, nos concentraremos em uma parcela desses trabalhadores que atravessam a Ponte da Amizade para o lado brasileiro que, muitas vezes, passa despercebida. São os denominados vendedores ambulantes que vendem produtos naturais, especiarias, erva-mate, frutas, gomas de mascar, enfim, diferentes tipos de mercadorias nos semáforos e em pontos fixos, considerados de grande movimentação. O intuito deste artigo é entender tal fenômeno, pois se por um lado temos um contingente de pessoas buscando emprego no Paraguai, ao mesmo tempo se visualiza outro montante saindo daquele país para trabalhar em Foz do Iguaçu.

Assim, o objetivo deste artigo é analisar e refletir sobre o fenômeno da mobilidade pendular transfronteiriça, na fronteira internacional entre Argentina, Brasil e Paraguai. Para desenvolver a pesquisa o procedimento metodológico utilizado foi a técnica etnográfica, com o uso da observação e de entrevistas semi-estruturada.

A importância da técnica etnográfica, nos estudos sobre fronteira, é pela possibilidade que nos oferece com o contato direito com os sujeitos, bem como para compreender a realidade local. Nesse sentido a relevância da

pesquisa etnográfica nos proporciona pensarmos o micro e o macro, o local e o global, as múltiplas relações e intersecções sociais que os sujeitos vivem e desenvolvem em torno da fronteira, podendo assim, produzindo relações de aproximação, separação e o distanciamento entre os limites das nações (ALBUQUERQUE, 2014).

## 2 BREVE HISTÓRICO E FORMAÇÃO URBANA DE FOZ DO IGUAÇU

O processo histórico de formação do município de Foz do Iguaçu faz-se em meio a interesses divergentes e conflitos entre projetos distintos pensados para a região. Ainda no final do século XIX, estudos como "Obrageros, mensus e colonos" de Rui Wachowicz (1982), trouxeram registros sobre os primeiros movimentos de exploração econômica desta região de fronteira pelo sistema de Obrages[2]. Ao mesmo tempo em que havia a exploração de recursos naturais como madeira em toro e erva-mate por empresas estrangeiras argentinas (associadas ao capital inglês) decorria seu impacto sobre as terras ocupadas pelas populações nativas da região. Estas empresas organizavam a exploração dos recursos naturais e da força de trabalho de uma parcela da população nativa de origem guarani na região, entre outros trabalhadores recrutados pelas empresas. Conforme Rui Wachowicz, não havia por parte destas empresas o interesse de permanência com o desenvolvimento de práticas agrícolas na região com o regime de pequenas e médias propriedades.

FOR AUTHOR USE ONLY

Por isso, para o autor, a fundação da Colônia Militar em 1889 pode ser compreendida como núcleo fundador, caracterizado pela tentativa do Estado brasileiro de demarcação de um limite "político e social" decorrente da localização geográfica nas fronteiras territoriais com a Argentina e o Paraguai. Para ele, havia necessidade de ocupação e incorporação econômica da região, até então explorada pelas frentes argentinas e paraguaias de extração de erva-mate e madeiras. Em outras palavras, a criação da colônia vinculou-se

[2]"A chamada *obrages* foi uma propriedade e/ou exploração típica das regiões cobertas de matas subtropicais, em território argentino ou paraguaio. [...] Seu objetivo precípuo era a extração deerva mate, nativa da região, bem como da madeira em toros, abundante na mata nativa, subtropical. [...] Como o controle geo-econômico da navegação do sistema do Prata pertencia à Argentina, foram os obrageros desta nação os principais responsáveis pela introdução desse sistema em território brasileiro, ou mais especificamente: paranaense e mato-grossense." (WACHOWICZ, 1982, p.44).

diretamente com um processo de ocupação nacional e de defesa da soberania em um território que vinha sendo explorado por sujeitos de diferentes nacionalidades.

Em certa medida, a percepção do autor referente a importância embrionária da colônia estava vinculada ao papel desempenhada pela mesma no processo de ocupação regional ao incentivar a distribuição de terras para o povoamento e para produção agrícola. De acordo com Rui Wachowicz, em 1905 a população na colônia era pouco povoada, aproximava-se a mil habitantes, sendo a maioria de trabalhadores braçais de "origem paraguaia (guarani) e argentina". Havia em torno de 58 famílias, 33 considerados estrangeiros e 20 brasileiros. (WACHOWICZ, 1982, p.24).

Esta experiência de territorialização encerra-se em 1910, momento em que foi criado *"na sua antiga sede, o distrito denominado Iguaçu, sob a jurisdição do município de Guarapuava"* (DARC, 2009, p.22). Conforme pesquisa no site da prefeitura, a criação do município de Foz do Iguaçu ocorreu por meio da Lei N. 1383 de 14 de março de 1914, decretado pelo antigo Congresso Legislativo do Estado do Paraná[3]. No entanto, a denominação na época ainda era de Iguassú ou Vila Iguassú, somente a partir do ano de 1918 que a cidade passa a ser chamada de Foz do Iguaçu[4].

FOR AUTHOR USE ONLY

Verificando nas leis, na história oficial da cidade ou em qualquer outro documento oficial não se encontra referência sobre a origem do atual nome ou sobre os motivos que levaram as alterações. Parece óbvio, que a denominação está relacionada ao ponto geográfico onde ocorre a junção do Rio Iguaçu com o Rio Paraná. Dentro da lei de criação há um parágrafo único que diz:

> "A séde e divisão do novo Município são as mesmas do actual districto judiciário, isto é, a partir da Foz do Iguassú pelo rio Paraná acima até o Piquiry, por este acima até as suas cabeceiras e deste ponto por uma recta até as cabeceiras do rio Tormentas, por este abaixo até o rio Iguassú, e por este abaixo até a Foz do Paraná, observando o disposto no art. 64 da Constituição Federal".

[3]Link da Lei da criação do munícipio de Foz do Iguaçu: http://www.pmfi.pr.gov.br/Portal/VisualizaObj.aspx?IDObj=1626

[4]Em 1914 sob a LEI N. 1383 de 14 de Março O Congresso Legislativo do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a lei seguinte: Art. 1.º - Fica elevado à categoria de Município, com a denominação de Iguassú, o distrito judiciário desse nome, a ex-colônia militar.

Levando em consideração a citação acima, podemos acreditar que o nome reconhecido atualmente leva em consideração o encontro de dois rios ou do deságüe de um rio em outro, como podemos observar o Rio Iguaçu desaguando no Rio Paraná. Todavia, muito mais significativo do que a origem do nome é refletir como, ao longo de toda história do município, foi sendo costurada a relação entre militares e civis.

As dificuldades e conflitos de interesses entre um projeto de município pensado para Foz do Iguaçu, principalmente por parte das forças armadas e a realidade vivida pelos moradores e as classes dominantes locais, entravam em conflito. Desde a sua emancipação, a administração pública de Foz do Iguaçu oscilava entre prefeitos militares e civis, no entanto essa relação era conturbada, pensando no crescimento, desenvolvimento e progresso da cidade. As maiorias dos militares não queriam viver e permanecer no local, diferente dos civis, estes por sua vez, preferia se estabelecer e constituir família. A relação dos militares com a população local era mínima, nos mandos e desmando dos militares, prefeitos não davam satisfação dos seus atos de gestão, por sua vez os cidadãos para não se indispor e não afrontar permaneciam alheios e desinteressados pela política do munícipio. (LIMA, 2001).

FOR AUTHOR USE ONLY

Em uma conjuntura complexa, onde os esforços de povoamento iniciados com a Colônia Militar não obtinham os resultados almejados e os interesses das diferentes frações de classe divergiam, surgiam esforços em normatizar as práticas e os usos da cidade, como, por exemplo, o Código de Postura em 1914, por parte da Câmara Municipal de Foz Iguaçu, e as Leis Municipais criadas entre 1915 e 1937.[5]Contudo, o fracasso da colônia em povoar a região e garantir a brasilidade não forçou apenas a criação de normatizações locais, mas despertou preocupações em instâncias políticas mais elevadas, o que refletiu diretamente na criação do Território do Iguaçu.

Na década de 1930, o Brasil começou um projeto de expansão e ocupação territorial, conhecido como a “marcha para oeste”, sob a gestão do então do Presidente Getúlio Vargas. Neste sentido, com a intenção de ocupar

[5]Lei Nº. 8, de 4 de novembro de 1914 - Código de Postura; Lei Nº. 12, de 7 de julho de 1915; Lei Nº. 21, de 24 de abril de 1916; Lei Nº 30, de 16 de junho de 1917; Lei Nº 17 (Projeto Nº. 20) de 1937;

com efetividade as regiões periféricas do país e proteger o território brasileiro, fomentou-se o nascimento de um conjunto de territórios distribuídos em regiões com baixa densidade demográfica. Para garantir e povoar o extremo oeste nacional, em 1943 foi criado o Território Federal do Iguaçu, com sede em Foz do Iguaçu. Posteriormente, a capital teria mudado para Laranjeiras do Sul, com a justificativa de que esta cidade estaria mais perto da "civilização". (PRIORI et al, 2012).

A partir desse momento Foz do Iguaçu passa a receber uma população migratória com o incentivo federal, com isso, a configuração política da cidade passa a se alterar, como antes a elite em sua amplitude era formada por militares ou pessoas ligadas ao exército, com a chegada dessa nova população esse grupo sofre modificações dentro do cenário político, ampliando a oscilação política entre os militares e os civis que migraram para a região, variações que serão comuns ao longo de parte significativa do século XX.

Como destaca Danilo George Ribeiro (2016), o embate no quadro político da cidade entre a velha elite militar e a nova elite comercial se finda em 1964 com o golpe militar, já que a partir de 1968 os prefeitos passam a ser nomeados diretamente pelo Governo do Estado, subjugados ao Presidente da República, fortalecendo o grupo ligado ao exército.

FOR AUTHORIZED ONLY

Desde a sua criação, Foz do Iguaçu passou por várias transformações, modificações, do próprio nome a mudanças estruturais urbanísticas. Na década de 1980, observa-se a instalação da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu, que atraiu um considerado número de trabalhadores para o município, sendo que muitos fixaram residência e criaram outros bairros em torno da Usina. Outro fenômeno a ser notado é o crescimento de compra nas lojas em Ciudad del Este na década de 1990, novamente transformando a cidade e lhe garantindo outros olhares. Paralelo a estes movimentos, observa-se o processo de consolidação do setor turístico, que efetivamente ganhará centralidade apenas no começo do século XXI.

A rua é um espaço de intenso fluxo de pessoas, de carros de encontros e desencontros, pode ser pensando também como um imenso mercado público a céu aberto, no qual pode se encontrar de tudo um pouco. Basicamente esse espaço do qual estamos falando é a calçada ou o passeio público onde as pessoas transitam de forma intensa ou na maior calmaria olhando e

observando o tempo, as vitrines e claro os vendedores de rua, ambulantes, camelôs com suas mercadorias.

A cidade assim como a rua é um local de heterogeneidade e diversidade sociocultural, há várias classes sociais, onde se encontra vários grupos sociais, assim alguns grupos dominam e/ou se alojam em um determinado espaço, dessa forma demarcando seu espaço. Nesse sentido entendemos a rua como um lugar de conflitos, reconhecimentos e resistência.

No livro “A casa e a Rua” (1997) do antropólogo brasileiro Roberto DaMatta refere-se ao espaço, sendo“ a rua é lugar de movimento, mas também de lazer, luta, competição, anonimato, individualidade se movendo sempre num fluxo de pessoas indiferenciadas e desconhecidas que se chama povo e massa”. Na mesma obra DaMatta propõe pensar a rua como *um local do castigo, da luta e do trabalho (...) a rua é o local daquilo que os brasileiros chamam de dura realidade da vida.*

Nesse sentido a rua se destaca como um lugar árduo, de dureza e penoso, pois é o local de trabalho, onde se desenvolve as atividades de renda para o próprio sustento e da família. No entanto a renda familiar vem da rua, assim, é preciso preservar e manter a manutenção do ambiente de trabalho.

FOR AUTHOR USE ONLY

Com essa massa populacional que se estabeleceu na cidade, um inchaço urbano, então precisaram se situar nas áreas periféricas, as áreas urbanas mais centrais da cidade não conseguiam atender todo esse número populacional, outro problema que acarretou a expansão periférica foi o comércio imobiliário crescente e o aumento de custo de vida, assim procurando outras atividades para se manterem e gerir suas vidas.

Nesse sentido, a usina ainda é responsável pelo crescimento do comércio ambulante. Com a chegada de trabalhadores na década de 70, e na década de 80 com um número significativos de demissões, esses operários não conseguindo adentrar na economia por meios legais, passam a se ocupar da ilegalidade, nesse caso o comércio ambulante.

O município observando o desenvolvimento dessa atividade, e o número de pessoas passando a integrar esse posto de trabalho, é preciso criar e elaborar leis que possam adequar essa população trabalhadora que se vê na informalidade.

No ano de 1984 sob a Lei 1208 de 17 de dezembro, a câmara municipal junto aprova e o prefeito Wádis Vitório Benvenutti sanciona a seguinte lei que regula o exercício do comércio ambulante e atividades afins na cidade de Foz do Iguaçu, e dá outras providências.

No tocante da lei ainda, o legislativo conceitua o comerciante ambulante.

> Art. 1º Considera-se, para os efeitos desta Lei, comércio ambulante a atividade temporária de venda a varejo de mercadorias, realizada em logradouros públicos, em locais e horários previamente determinados, por profissional autônomo, sem vinculação com terceiros, quer sejam pessoas jurídicas ou físicas.
> Art. 2º O comércio eventual caracteriza-se pela venda a varejo de mercadorias, realizada em logradouros públicos, de forma não permanente ou regular, por profissional autônomo, cujo período não poderá ser superior a quinze dias, licença renovável a critério da Comissão Permanente de Comércio Ambulante.

A partir dessa regulamentação também surge outros requisitos para atuação da atividade como o alvará de licença, sendo cobrada uma taxa que pode ser pago diariamente, mensalmente, semestralmente e anualmente. Assim como os comerciantes permanentes os ambulantes também pagam um tributo para a utilização do solo.

FOR AUTHOR USE ONLY

A atividade desenvolvida de venda de mercadorias nas ruas, calçadas e em pontos não fixos como lojas, comércios, prédios e galerias da cidade de Foz do Iguaçu teve um grande salto nas décadas de 1970 e 1980, com a construção e término da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Vendedores utilizavam barracas, mesinhas, lençóis, panos, papelões e até mesmo em cima de carrinhos de mão, assim se locomovendo pela cidade, tudo isso de forma improvisada e simples.

Na cidade de Foz do Iguaçu é comum encontrar vendedores ambulantes caminhando pelas ruas da cidade ou parados em um determinado ponto, vendendo uma infinita variedade de produtos desde roupas à produtos alimentícios. Também se encontra vendedores de várias nacionalidades, tais como: argentinos, brasileiros, bolivianos, chilenos, paraguaios e haitianos. Alguns estão de passagens e outros permanentemente.

No entanto, há um grande esforço das empresas e de alguns políticos da cidade na tentativa de retirar esses trabalhadores ambulantes das ruas, com o discurso que esses trabalhadores sujam e torna a cidade feia aos olhos dos turistas. A lógica desse esforço, desse embate de luta é histórica na cidade de

Foz do Iguaçu, desde a sua emancipação se recebe o trabalhador ambulante, ou o mascate, aquele que vende de tudo e não ponto fixo para se estabelecer.

Nesse caso a população contribui para essa atividade, pois compram e solicitam tipos de mercadorias das quais as lojas não faz esse tipo de comércio, a partir disso alguns grupos de empresário comerciante e políticos tentam dificultar a atividade criando leis e aparatos para coibir e proibir a comercialização dos produtos ambulantes.

Nota-se que a referente lei de 1914, ainda hoje se aplica, mas ao longo do tempo houveram alterações, como consta na Lei complementar Nº 7, de 18 de novembro de 1991. Algumas outras notificações foram acrescentadas, pensando ao longo do desenvolvimento da cidade, surgindo então, outras necessidades que precisavam ser atendidas.

Como se observa a seguir:

COPY FOR REFERENCE ONLY

> SEÇÃO III – DO TRÂNSITO PÚBICO.
> Art. 51 - O trânsito, de acordo com as leis vigentes, é livre e sua regulamentação tem por objetivo manter a ordem, segurança e o bem estar dos transeuntes e da população em geral.
> Art. 52 - É proibido embaraçar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestres ou veículos nas ruas, praças, passeios, estradas e caminhos públicos, exceto para efeito de obras públicas ou quando exigências policiais o determinarem.
> (...)
> Art. 54 - É expressamente proibido nas ruas da cidade, vilas e povoados:
> I - Conduzir animais ou veículos em disparada;
> II - Conduzir animais bravios sem a necessária precaução;
> III - Estacionar veículos para comercialização e fazer reparos de qualquer natureza;
> IV - Abrir engradados ou caixas comerciais;
> V - Estacionar veículos nos canteiros centrais das vias públicas e calçadas;
> VI - Lavagem de veículos nas vias públicas;
> VII - Colar cartazes e panfletos nos postes, árvores e placas de sinalização localizadas em logradouros públicos;
> VIII - Fixar faixas de promoções, propagandas e eventos em árvores e postes nos logradouros públicos;
> (...)
> Art. 57 - É proibido embaraçar nos passeios e calçadas, o trânsito de pedestres ou molestá-los por quaisquer meios.

Percebe-se nos dois códigos de posturas citados acima que alguns artigos se aproximam, e pela necessidade são acrescentados outros. Pois a

cidade cresce, se desenvolve e é preciso também ampliar as normas que estabelecem o convívio e o bem-estar da população.

Na prévia análise nas leis do município de Foz do Iguaçu sobre o trabalhador ambulante, foi encontrado o termo “comércio ambulante”, no entanto não expressava e nem indicava quais eram os produtos relacionados e de que forma atividade estava sendo desenvolvida.

## 3 CONTEXTUALIZAÇÃO

A “região fronteiriça” em análise envolve os lados fronteiriços do Brasil, do Paraguai e da Argentina e se caracteriza por ser um dos espaços mais expressivos do continente americano, em circulação de mercadorias, de pessoas e de interação sociocultural. Destaca-se, também, como um lugar de grande circulação de capital.

O translado fronteiriço para a atividade laboral, entre Brasil e Paraguai, ocorre com trabalhadores de lojas, de supermercados, de taxistas, de moto taxis e outras atividades, bem como aqueles que fazem trabalhos sazonais, como os sacoleiros.

FOR AUTHOR USE ONLY

Podemos observar isso na dissertação do Coronel (2013), que estuda as práticas sociais e trajetória dos trabalhadores brasileiros nas empresas de Ciudad del Este. Davi (2008), também desenvolveu a sua dissertação sobre sacoleiros e laranjas, pensando na relação do trabalho com a cidade, sabendo que os sacoleiros em sua maioria são advindos de outras regiões do Brasil, especificamente de São Paulo. A geógrafa Masuzaki (2010), estudou o deslocamento diário e as condições do trabalhador brasileiro no comércio de Salto del Guairá.

Nessa região, encontram-se inúmeros trabalhadores transfronteiriços, mas essa mobilidade pode ser observada em várias outras fronteiras, como entre o Uruguai e o Brasil com os *quileros*, que são pessoas de baixa renda, predominantemente desempregadas, que fazem traslados por caminhos não convencionais para burlar a fiscalização. A passagem é feita por cavalo, carro de pequeno porte, bicicleta e/ou moto. As compras são feitas em pouca quantidade para a revenda ou para buscar pedidos de terceiros (FARINA, 2015).

Essa prática fronteiriça pode ser visualizada de duas formas: a primeira no poema Osiris Rodriguez Castillos "*Camino de los quileros*"; e a segunda no filme "*Baño del Papa*", em que o protagonista decide construir um banheiro para a população que vai visitar o Papa. Dessa forma, ele acaba fazendo várias viagens à fronteira para comprar mercadorias para revender e para o banheiro que irá construir.

Há, também, na fronteira entre Paraguai e Argentina e entre Bolívia e Argentina, as "*paseras*" Argentina. No Brasil, esses trabalhadores são conhecidos como "*los pasadores*" ou por "*los chiveros*", por serem trabalhadores que passam poucas mercadorias de um lado da fronteira para outro (GRIMSON, 1999).

O trabalhador fronteiriço é um sujeito corriqueiro nas várias regiões de fronteiras tanto no Brasil como no mundo. Na Europa, a atividade exercida por esses trabalhadores é comum, pois há leis que regulamentam e garantem que o sujeito fronteiriço preste seu serviço sem que haja alguma forma de repreensão pelas autoridades locais. Por outro lado, a migração massiva para aquele continente, por trabalho, perseguição político-religiosa e por guerras, está estremecendo os acordos de livre circulação nas fronteiras.

FOR AUTHOR USE ONLY

A busca por trabalho e por estudos fora do país de origem é um fenômeno que vem crescendo gradativamente nos últimos anos no Brasil. O deslocamento de pessoas que se mobilizaram para trabalhar ou estudar no exterior, em 2010, apresenta um universo de 14.803.149 pessoas. Desse universo, o montante saem para trabalhar foi de 34.975 (0,24%) e 34.335 (0,23%) para estudar no exterior. Ainda 741 (0,01%) desenvolvem as duas práticas. No caso do deslocamento para o exterior, só é possível registrar o movimento de saída do Brasil (CARDOSO; MOURA, 2012).

Do total de 72.302 pessoas que fazem a mobilidade para o exterior, a maior concentração desse fluxo de origem é dos grandes centros (14,85%). A maioria das pessoas saem de São Paulo e região, para as fronteiras de Foz do Iguaçu (9,10%), Sant'Ana do Livramento (3,84%), Ponta Porã (2,910%), Chuí (1,75%) e Tabatinga (1,3%) (CARDOSO; MOURA, 2012).

Por outro lado, apresentamos uma tabela no qual demonstra um processo cronológico de migração da Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai para o Brasil, datando desde a década de 1960 até 2010, conforme a Tabela 1:

Tabela 1 – Evolução temporal da migração para o Brasil (1960 a 2010)

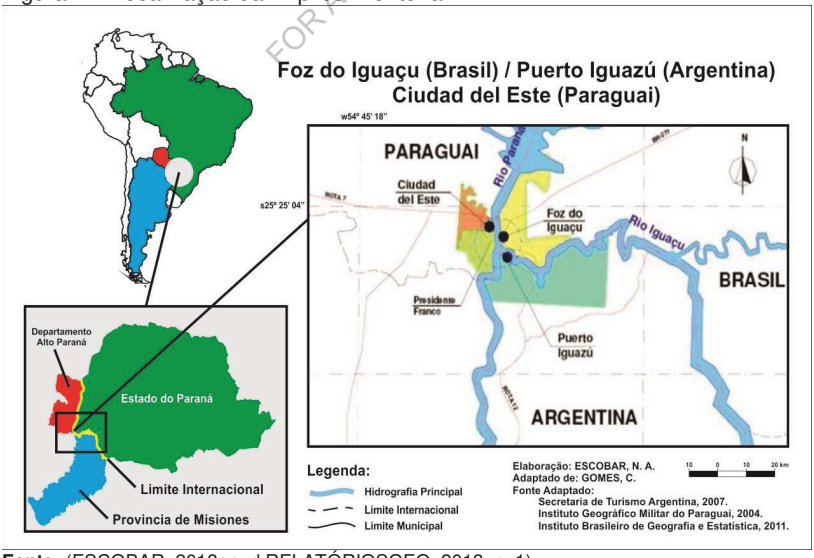
| ANO | ARGENTINA | CHILE | PARAGUAI | URUGUAI | SUBTOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 1960 | 15.877 | 1.458 | 17.748 | 11.890 | 46.973 |
| 1970 | 17.213 | 1.900 | 20.025 | 12.853 | 51.991 |
| 1980 | 26.633 | 17.830 | 17.560 | 21.238 | 83.261 |
| 1991 | 25.468 | 20.437 | 19.018 | 22.141 | 87.064 |
| 2000 | 27.501 | 17.731 | 28.822 | 22.740 | 96.794 |
| 2010 | 29.066 | 15.432 | 39.251 | 24.048 | 107.797 |

**Fonte:**(Adaptado de BERARDI, 2013).

A Tabela 1 demonstra o processo migratório cronológico de alguns países Sul Americanos. Especificamente na coluna que descreve o comportamento migratório do Paraguai, podemos visualizar um crescimento até a década de 1970, isso por conta da baixa economia e da ditadura instalada no país. Na década de 1980, o país ainda sofria com a ditadura, tornando difícil a saída, embora ao final da ditadura, nas décadas de 1990 à 2010, passou a ter maior fluxo de saída do país por causa da recessão e do desemprego (BERARDI, 2014).Por fim, para visualizar e nortear o espaço e localizar geograficamente no qual está ocorrendo a mobilidade, o mapa a seguir demonstra a região em análise:

FOR AUTHOR USE ONLY

Figura 1 – Localização da Tríplice Fronteira




**Fonte:** (ESCOBAR, 2013apud RELATÓRIOSGEO, 2013, p. 1).

Como visto, a Tríplice Fronteira abrange os três países com cidades urbanizadas. Sua população total chega perto de um milhão de habitantes.

## 4 CONCEITUANDO A MOBILIDADE PENDULAR TRANSFRONTEIRIÇA

O fenômeno de deslocamento populacional é muito mais habitual do que podemos imaginar. Desde os primórdios, grupos de pessoas caminham pela terra na busca de alimentação, segurança, climas mais amenos e por expansão territorial. Atualmente, esse processo migratório pode ser observado dentro de diversas perspectivas, em que se destacam leituras macro e micro sociológicas, mas também abordagens mais contemporâneas que visam relacionar variáveis estruturais com aspectos vinculados a vida cotidiana dos sujeitos.

FOR AUTHOR USE ONLY

Segundo Cardin (2013), migrar "diz respeito ao movimento de pessoas, grupos, comunidades ou povos de um lugar a outro. De maneira geral, *migrar* é mudar, de um país para outro ou até mesmo entre as regiões de uma mesma nação." (CARDIN, 2012, p. 48, grifos do autor). Tais deslocamentos podem ser compreendidos ou justificados por meio de um vasto conjunto de possibilidades: as pessoas migram por trabalho, por segurança, por qualificação, enfim, migram na busca de uma melhor qualidade de vida ou, em alguns casos, para garantir a manutenção dela.

Existem diferentes tipos de migração e Cardin (2012), destaca sete tipos possíveis: 1) a *migração interna* ou *deslocamento interno* visualizada no *êxodo rural* e no *êxodo urbano*; 2) a *migração permanente* que corresponde a migração por um longo tempo, onde há a fixação permanentemente em um novo país; 3) a *migração temporária* que ocorre por um período determinado, podendo ser curto ou longo; 4) a *migração clandestina, que* acontece quando a vida do indivíduo, família, povo está em risco no país de origem; 5) a *migração forçada,* que ocorre quando há impossibilidade de sobreviver; 6) a *migração limítrofe* ou *fronteiriça*, que ocorre entre países vizinhos. 7) a *migração diária* ou *pendula*r,que corresponde a um processo no qual uma parcela da população

desloca-se do seu município para desenvolver alguma atividade em outro, retornado ao final do dia ao local de sua residência[6].

Nesta pesquisa, nos concentramos em um único tipo migratório, que ocorre diariamente nas mais variadas regiões. A Demografia, a Geografia e a Geografia Humana o denominam como movimento pendular ou migração pendular, que advém de um deslocamento rotineiro, em que homens e mulheres deixam suas cidades de origem para se inserirem em outro território jurídico durante parte de seu dia para desenvolverem ou utilizarem de serviços não disponíveis em sua localidade primária.

Esse movimento é visualizado, por exemplo, em grandes cidades que, em seu entorno, há pequenos municípios, comunidades, vilas, que servem de alojamento para essas pessoas, constituindo assim, no que Ojima et al. (2008), chamam de "cidades dormitório". Para observar e visualizar esse fenômeno de "cidades dormitório" observamos, a título de exemplo, a região oeste, mais precisamente as cidades de Toledo e de Cascavel, na qual as duas fazem o mesmo papel de "cidades dormitório", pois os dois municípios recebem pessoas tanto para o estudo, para adquirir um serviço ou mesmo para desempenhar alguma atividade laboral (STAMM, 2005).Ainda segundo Stamm:

FOR AUTHOR USE ONLY

> Nos centros de maior porte, como São Paulo (capital) e outros centros, alguns dos municípios vizinhos recebem o nome de "cidades-dormitórios" ou "satélites", devido ao grande número de pessoas que lá residem e que perfazem diariamente os movimentos pendulares tendo sua dinâmica relacionada com a cidade central. (STAMM, 2005, p. 55).

Entre outras possibilidades, tal movimento corresponde aquele realizado pelo trabalhador que sai da sua casa e se desloca até o local de trabalho, localizado em um município diferente do seu. Muitas vezes, observa-se que este trabalhador procura a sua casa ou o seu dormitório longe do local de trabalho devido aos baixos aluguéis apresentados em cidades circunvizinhas. Porém, isso pode afetar o desempenho de sua função devido aos longos deslocamentos realizados diariamente e as possíveis dificuldades de inserção social, que contribuem para o desenvolvimento de *stress*, conflitos

[6]Os tipos de migração apresentados correspondem a tipos ideais, deste modo, na realidade concreta, é comum encontrarmos a mistura de tais práticas ou situações.

nas relações familiares e nos demais grupos sociais, provocando depressão, doenças psicossomáticas e insatisfação na vida (LAMEIRA, 2010).

O movimento pendular se caracteriza pelo ir e vir cotidiano de uma população entre o local de residência e aquele onde irá desenvolver alguma atividade, seja relacionada ao estudo, trabalho ou lazer. Este movimento vem crescendo ao decorrer dos anos. Stamm (2005), na sua dissertação sobre movimentos pendulares e trabalhadores intermunicipais, aponta o deslocamento de estudantes que procuram instituições com melhor qualidade nos diferentes níveis de ensino ou instituições que ofereçam cursos não existentes em sua cidade de origem, assim, como, o deslocamento de pessoas que procuram melhor atendimento médico ou que buscam trabalho fora da cidade de moradia.

No entanto, este movimento pendular visualizado entre as cidades pertencentes, muitas vezes, a uma mesma zona metropolitana, também pode ser visualizado nas regiões de fronteira internacional. Nestes casos, o tipo *migração pendular* se mistura com aquilo que foi denominado de *migração limítrofe ou fronteiriça*. De forma semelhante com aquilo que ocorre na relação entre as cidades metropolitanas e os seus municípios satélites, visualiza-se nos municípios fronteiriços da região de confluência das fronteiras do Brasil, Paraguai e Argentina um constante ir e vir de seus moradores.

FOR AUTHOR USE ONLY

Esse processo transfronteiriço é comum em várias fronteiras internacionais. Nos limites do Brasil com o Uruguai encontramos aquele trabalhador que é identificado como *pasadores, quileros*ou *chiveros,* que correspondem aos trabalhadores que passam poucas mercadorias de um país para revender no outro. Na fronteira entre Argentina e Bolívia, e Argentina e Paraguai, essa prática de comprar/negociar mercadoria e revender no país vizinho, na sua maioria das vezes, é feita por mulheres que são conhecidas como *paseras*. Na fronteira entre Chile, Bolívia e Peru, tais atividades são desempenhadas pelos *caseros*, prática antiga, do período colonial, quando a aristocracia dos países solicitava aos trabalhadores das casas que buscassem os mantimentos que faltavam nos países vizinhos (CARDIN, 2012).

Especificamente sobre a região da Tríplice Fronteira em análise, observa-se a existência de uma ampla literatura sobre a mobilidade transfronteiriça de trabalhadores que saem do lado brasileiro (Foz do Iguaçu,

Paraná, Brasil) para irem trabalhar no lado paraguaio (Ciudad del Este, Alto Paraná, Paraguai). A principal ocupação ocorre nas lojas de eletroeletrônicos, de informática, lojas de roupas, supermercados e shoppings (CORONEL, 2013), assim como nas diversas ocupações relacionadas ao circuito sacoleiro[7], com a passagem de "muamba[8]". Nesta última atividade, os trabalhadores que agem informalmente, atuam como "laranjas[9]", "barqueiro[10]" e, até mesmo, no tráfico de produtos ilícitos como cocaína, crack, maconha, heroína, algumas bebidas alcoólicas proibidas e armas (CARDIN, 2006).

De modo geral, o circuito sacoleiro foi objeto de uma quantidade maior de pesquisas. Elen Davi (2008), por exemplo, estudou as experiências, modos de viver e as relações de trabalho dos sacoleiros e laranjas na cidade de Foz do Iguaçu, Paraná. Na ocasião, ela se propôs a tratar a relação desses trabalhadores com os órgãos públicos e privados (Receita Federal, Prefeitura e a imprensa jornalística), mas também, visualizando as estratégias de trabalho, de ocupação dos espaços e a relação com a cidade.

Outro destaque são os estudos realizados por Pinheiro-Machado (2005), que trata do circuito sacoleiro. Em seu primeiro estudo, observa os sacoleiros da cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, descrevendo as atividades e as estratégias desses sacoleiros ao se deslocarem de Porto Alegre até o município de Ciudad del Este para comprar as mercadorias e revende-las no "camelódromo" na cidade de origem. Já em sua tese de doutorado Pinheiro-Machado (2009), amplia a compreensão do circuito sacoleiro ao valorizar a origem dos produtos vendidos no Paraguai e as relações sociais estabelecidas entre os trabalhadores de diferentes nacionalidades por meio da negociação das mercadorias.

Embora não seja sobre Ciudad del Este, observa-se também importantes estudos sobre o deslocamento de trabalhadores na fronteira de Guaíra, Paraná com Salto del Guairá, Canindeyú, Paraguai. Na pesquisa

FOR AUTHOR USE ONLY

[7]O termo identifica as relações entre os diferentes sujeitos sociais responsáveis pelo percurso trilhado pelas mercadorias disponibilizadas no mercado paraguaio e que entram no Brasil de forma ilegal.
[8]Gíria utilizada para designar itens de contrabando.
[9]Trabalhadores contratados informalmente para transportar determinada quantia de mercadoria em troca de um valor previamente determinado, que é conhecido como "cota". Esse serviço possui a função de auxiliar os sacoleiros na travessia dos produtos adquiridos pela Ponte da Amizade e pelos Postos de Fiscalização da Polícia e da Receita Federal.
[10]Trabalhador responsável pelo transporte das mercadorias pelo Rio Paraná.

desenvolvida por Teresa Itsumi Masuzaki (2010), observa-se a constituição de uma divisão internacional do trabalho e a reorganização dos fluxos de trabalhadores da região, destacando a mobilidade entre as cidades vizinhas, Salto del Guairá, Mundo Novo, Mato Grosso do Sul e Guaíra, e também as condições de trabalho dessas pessoas que cruzam a fronteira para fornecer sua força de trabalho nas empresas e lojas.

Por fim, há também o estudo de Cíntia Fiorotti (2015),sobre a constituição da classe trabalhadora na fronteira de Salto del Guairá, Guaíra e Mundo Novo da década de 1960 até os dias atuais. Em seu estudo, ela demonstra como os trabalhadores da região foram construídos simultaneamente ao processo de criminalização da circulação de mercadorias na fronteira e, mais importante, de definição da própria fronteira. Enquanto a fronteira não possuía uma fiscalização rigorosa o fluxo de trabalhadores era mais facilitado e a necessidade dos trabalhadores em se adaptarem as normatizações do mercado de trabalho era menor. Por outro lado, conforme o controle e a definição dos limites são fortalecidos os trabalhadores vão se constituindo como classe.

FOR AUTHOR USE ONLY

Por fim, entendemos a mobilidade pendular transfronteiriça, o ir e vir diário daquele sujeito que mantém a sua residência original em um país e se desloca cotidianamente ao país vizinho para desenvolver alguma atividade laboral, retornando ao final do expediente a sua residência original.

## 5 AS (IM)PREVISÕES LEGAIS PARA O TRABALHADOR TRANSFRONTEIRIÇO

Observando aqueles trabalhadores estrangeiros temporários ou o conjunto de inquéritos policiais que investigam a exploração de trabalhadores paraguaios em Foz do Iguaçu (FARINA, 2015), a primeira coisa que nos vem em mente é referente à legalidade de tais ocupações. Neste sentindo, independentemente da nacionalidade, destacamos que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu preâmbulo e artigos XXII e XXIII, reconhece o trabalho e a assistência social como direitos inalienáveis e essenciais à dignidade do ser humano. A Carta da Organização das Nações Unidas (ONU) é uma demonstração que a comunidade internacional reconhece os direitos

fundamentais para todos os seres humanos, repudiando qualquer afronta aos mesmos, independente do gênero, da raça ou da nacionalidade. Dentro da mesma perspectiva, a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, observa e busca garantir os direitos e as garantias fundamentais inspiradas na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Entre os diversos elementos que compõem a Declaração Universal dos Direitos Humanos existem aqueles que apresentam conexão direta com os interesses do trabalhador fronteiriço: direito de migração; direito à educação; ao trabalho; à seguridade social; à saúde; a não discriminação por nacionalidade; direito à igualdade perante a lei; à dignidade; à liberdade de locomoção; à segurança social; ao trabalho em condições justas e favoráveis; à proteção contra o desemprego; à remuneração justa e satisfatória; à organização sindical; à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.

FOR AUTHOR USE ONLY

Mais recentemente, a Convenção da ONU sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias, definiu trabalhador fronteiriço como sendo todo trabalhador migrante que conserve sua residência habitual no país vizinho ao que trabalha e para onde retorna diariamente ou ao menos uma vez por semana. O conceito de trabalhador fronteiriço defendido e divulgado pela ONU é reproduzido e utilizado em diferentes convenções e documentos jurídicos, como as Convenções da OIT ou as leis internas dos países. Farina (2015) apresenta casos de julgamentos de exploração de trabalhadores migrantes onde a decisão judicial é fundamentada por meio da utilização de princípios defendidos pela ONU.

Apesar de observamos um aparato legislativo que protege o trabalhador migrante e o trabalhador fronteiriço, e, apesar destes fazerem parte da paisagem urbana das cidades limítrofes, nem sempre as atividades desempenhadas por estes trabalhadores são devidamente regulamentadas. Embora exista uma convenção internacional que vem se tornando referência sobre o assunto, os direitos a tais trabalhadores encontram-se em processo de conquista e ampliação. Neste sentido, observa-se a tendência de sua implantação nos blocos econômicos regionais, como, por exemplo, no Mercado

Comum do Sul (MERCOSUL). Atualmente, constata-se a ausência de uma autoridade de um poder supranacional ou de marco jurídico comum, o que existe são autoridades nacionais com seus órgãos e conjuntos normativos internos, dificultando a uniformização e a aplicação das leis trabalhistas e previdenciárias para os trabalhadores do bloco.

No Brasil, o Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815, de 19 e agosto e 1980), em seu artigo 21[11], adotou o mesmo conceito da ONU ao descrever o trabalhador fronteiriço como sendo o natural de país limítrofe, que tenha domicílio em cidade contígua ao território nacional, conferindo-lhe direito de exercer trabalho remunerado e a estudar no Brasil, sem fazer referência, contudo a qual periodicidade de retorno ao país de origem deve ser observada.

Não obstante, no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), diferentemente do conceito conservador adotado pela ONU e pelo Estatuto do Estrangeiro, os direitos do trabalhador fronteiriço foram ampliados por força de Acordos Internacionais Bilaterais celebrados entre país ES membros e pelo Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Parte do MERCOSUL, Bolívia e Chile, que lhes conferem permissão legal para exercer atividade remunerada, frequentar estabelecimento de ensino e residir na cidade fronteiriça do país vizinho, contígua à cidade de seu domicílio original.

FOR AUTHOR USE ONLY

Corolário lógico do enunciado acima é que, no Brasil, os trabalhadores imigrantes de países do MERCOSUL e os fronteiriços possuem igualdade jurídica com o trabalhador nacional e, respeitadas as exigências legais, podem obter Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ter acesso à saúde pública, à educação e à previdência social, somar tempo de contribuição para aposentadoria com o tempo já computado em seu país de origem, sindicalizar-se, assim como exercer todos os demais direitos trabalhistas que o trabalhador brasileiro possui, conforme será a seguir aprofundado.

[11]"Art. 21. Ao natural de país limítrofe, domiciliado em cidade contígua ao território nacional, respeitados os interesses da segurança nacional, poder-se-á permitir a entrada nos municípios fronteiriços a seu respectivo país, desde que apresente prova de identidade.§ 1º Ao estrangeiro, referido neste artigo, que pretenda exercer atividade remunerada ou frequentar estabelecimento de ensino naqueles municípios, será fornecido documento especial que o identifique e caracterize a sua condição, e, ainda, Carteira de Trabalho e Previdência Social, quando for o caso.§ 2º Os documentos referidos no parágrafo anterior não conferem o direito de residência no Brasil, nem autorizam o afastamento dos limites territoriais daqueles municípios." (BRASIL, 1980, p. 01).

Uma diferenciação entre os nacionais e os estrangeiros é que a estes últimos não se aplica o artigo 17[12] da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), ou seja, não poderão obter a CTPS mediante declarações verbais de duas testemunhas, pois, obrigatoriamente devem obter o documento especial de identidade de fronteiriço ou visto de imigração, emitido pela Delegacia da Polícia Federal, antes de requerer a carteira laboral. Portanto, ao trabalhador fronteiriço, cumprida as exigências legais, após sua admissão e autorização para trabalhar, aplica-se a toda a legislação trabalhista pátria.

O artigo 359 da CLT estabelece que toda empresa, ao contratar estrangeiro, deve exigir a carteira de identidade de estrangeiro e anotar no registro de empregado seus dados referentes à sua nacionalidade, o que se aplica inclusive ao fronteiriço. O procedimento para obtenção de Carteira de Trabalho e Previdência Social, por parte do trabalhador fronteiriço, regulamentado pela Portaria nº 1, de 28 de janeiro de 1997, do Ministério do Trabalho e Emprego, é o descrito a seguir:

a) requerer documento especial de identidade de fronteiriço, junto à Delegacia da Polícia Federal da circunscrição da cidade fronteiriça onde se pretenda trabalhar, juntando prova de identidade, de residência no município fronteiriço limítrofe,declaração de emprego ou contrato de trabalho e certidão de antecedentes criminais (frise-se que não há exigência de qualquer tipo de visto migratório);

FOR AUTHOR USE ONLY

b) a seguir, perante a delegacia da Receita Federal, efetuar a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda;

c) a seguir, munido dos documentos retro referenciados, requerer à Gerência Regional do Trabalho e Emprego a Carteira de Trabalho e Previdência Social.

Para a Organização Internacional dos Trabalhadores (OIT), em sua Convenção nº 97, de 1949, entende o trabalho fronteiriço como “trabalhador migrante” designa toda pessoa que emigra de um país para outro com o fim de ocupar um emprego que não será exercido por sua própria conta, e

[12]“CLT, Art. 17, *caput* - Na impossibilidade de apresentação, pelo interessado, de documento idôneo que o qualifique, a Carteira de Trabalho e Previdência Social será fornecida com base em declarações verbais confirmadas por 2 (duas) testemunhas, lavrando-se, na primeira folha de anotações gerais da carteira, termo assinado pelas mesmas testemunhas.” (BRASIL, 1943, p. 1).

compreende qualquer pessoa normalmente admitida como trabalhador migrante. A presente Convenção se aplica:

a) aos trabalhadores fronteiriços;

b) à entrada, por um curto período, de pessoas que exerçam profissão liberal e de artistas;

c) aos marítimos.

Com isso podemos observar que o trabalhador fronteiriço ou também conhecido como trabalhador migrante, é amparado e assegurado em acordos e convenções internacionais, bem como o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) coloca que todo migrante regularizado, devidamente documentado dentro do país está sujeito ao tratamento igualitário e justo como um cidadão brasileiro. Porém, já aos que não possuem documentos ou trabalha e vive no país de forma irregular, sofrerá alguma forma infração administrativa.

Assim, encontramos muitos trabalhadores em zonas de fronteiras na situação de ilegalidade/informalidade, na qual não se tem um documento expedido por órgão responsável ou pela migração para especificar e de identificar-se como um trabalhador fronteiriço.

FOR AUTHORS USE ONLY

## 6 PREVISÕES LEGAIS SOBRE OS AMBULANTES EM FOZ DO IGUAÇU

A atividade desenvolvida de venda de mercadorias nas ruas, calçadas e em pontos não fixos como lojas, comércios, prédios, galerias em Foz do Iguaçu teve um grande salto nas décadas de 1970 e 1980, com a construção e término da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Vendedores utilizavam barracas, mesinhas, lençóis, panos, papelões e até mesmo em cima de carrinhos de mão, assim se locomovendo pela cidade, tudo isso de forma improvisada e simples.

Na cidade de Foz do Iguaçu é comum encontrar vendedores ambulantes caminhando pelas ruas da cidade ou parados em um determinado ponto, vendendo uma infinita variedade de produtos que vai de roupas à produtos alimentícios. Também encontra-se vendedores de várias nacionalidades, tais como: argentinos, brasileiros, bolivianos, chilenos, paraguaios e haitianos. Alguns estão de passagens e outros permanentemente.

Constantemente podemos ver um crescimento de vendedores de rua, não somente aqueles que vendem roupas, panos de pratos, cintos, carteiras, óculos escuros, frutas, etc., mas, também, aqueles que vendem cachorro quente, coxinhas, pastéis, caldo-de-cana. Há uma parcela da população que está migrando para esse tipo de função no sentido de aumentar a renda familiar ou até mesmo por não ser capacitado em algum trabalho que o mercado exige, dessa forma, esse trabalhador tem a ideia de ser um "microempresário", "empreendedor", "trabalhador autônomo" ou mesmo o "próprio patrão".

Normalmente esses trabalhadores ambulantes, fazem duas jornadas ou mais de trabalho, uma de ir até o município de Ciudad del Este fazer as compras dos produtos e então para revende-los em Foz do Iguaçu. Com isso, a jornada de trabalho ultrapassa as dez horas diárias, pois, como muitos depende diretamente dessa atividade, ficam até altas horas na rua para tentar angariar um rendimento diário que com isso consigam comprar novos produtos para venda e pagar as contas.

FOR AUTHOR USE ONLY

No entanto, são alvos da fiscalização tanto municipal por conta da utilização do espaço pra venda, como da Receita Federal que apreende suas mercadorias. A maioria entende dos riscos de vender as mercadorias compradas no Paraguai, além de serem "mal vistos" aos olhos dos lojistas, pois entendem que esses trabalhadores "roubam" seus clientes, sujam e dão um aspecto feio a cidade. Conforme um relato do Jornal Nosso Tempo (11 a 17 de ago. de 1989, p. 04):

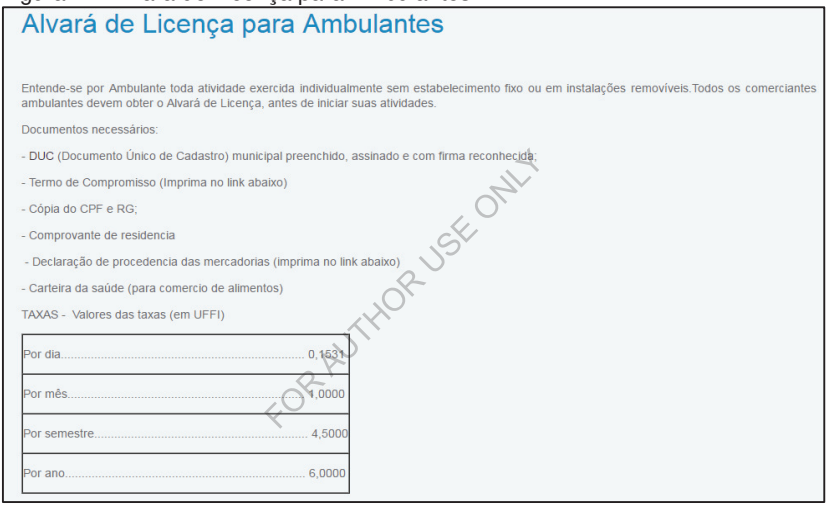
> ... a intenção das autoridades e dos comerciantes lojistas de erradicar da cidade, especialmente do centro, os vendedores ambulantes, sob dois argumentos principais: primeiro, estabelecem uma concorrência desleal, e segundo, dão um aspecto antiestético à cidade, ainda mais quando ela é turística como Foz do Iguaçu. Entretanto, as tentativas de harmonizar a questão têm sido sempre infrutíferas, então, seguindo a lei ou o arbítrio, não dão sossego aos vendedores.

A perseguição aos ambulantes é histórica em Foz do Iguaçu, mesmo tendo a licença em mãos, eles não conseguem desenvolver a sua ocupação de forma tranquila. Já os que não conseguem a licença ou outra forma de

emprego, de rentabilidade, permanecem nessa atividade, mesmo sabendo da sua irregularidade e dos riscos. O trabalhador ambulante, tanto brasileiro como estrangeiro, vem sofrendo perseguição, pressão e repressão por parte dos fiscais da prefeitura desde a década de 1980, assim como vimos na matéria produzida pelo Jornal Nosso Tempo.

O município de Foz do Iguaçu exige um alvará de licença para comercializar nas ruas da cidade e conceitua o ambulante, conforme a Figura 2:

Figura 2 – Alvará de Licença para Ambulantes



## Alvará de Licença para Ambulantes

Entende-se por Ambulante toda atividade exercida individualmente sem estabelecimento fixo ou em instalações removíveis.Todos os comerciantes ambulantes devem obter o Alvará de Licença, antes de iniciar suas atividades.

Documentos necessários:

- DUC (Documento Único de Cadastro) municipal preenchido, assinado e com firma reconhecida;
- Termo de Compromisso (Imprima no link abaixo)
- Cópia do CPF e RG;
- Comprovante de residencia
- Declaração de procedencia das mercadorias (imprima no link abaixo)
- Carteira da saúde (para comercio de alimentos)

TAXAS - Valores das taxas (em UFFI)

| | |
|---|---|
| Por dia | 0,1531 |
| Por mês | 1,0000 |
| Por semestre | 4,5000 |
| Por ano | 6,0000 |

FOR AUTHOR USE ONLY

**Fonte:** (PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU, 2016).

* UFFI: Unidade Fiscal de Foz do Iguaçu.

Na cidade de Foz do Iguaçu, assim como em todas as outras cidades do Brasil, é necessário da licença de um alvará para o funcionamento de algum estabelecimento. No caso do trabalhador fronteiriço não poderia ser diferente, porém há especificações onde temos que observar, a partir da Figura 2, o Ambulante é conceituado como uma atividade no qual não tem ponto fixo e nem instalações removíveis, por tanto o que encontramos na cidade é algo diferente, pensando naqueles que portam o alvará de licença.

Os portadores do alvará de ambulante geralmente são brasileiros e tem um ponto fixo, por exemplo: ao longo da Avenida Brasil, centro da cidade, é

possível encontrar um conjunto de vendedores ambulantes, aqueles que andam para cima e para baixo com suas mercadorias em mãos ou em carrinhos, e aqueles que mantêm um ponto fixo expondo suas mercadorias em um carrinho com emblema da prefeitura.

Chamamos atenção para isso, no sentido de expor, mostrar e salientar que os vendedores ambulantes vindo de outros países, no caso o Paraguai, ficam na ilegalidade, marginalidade, pois o município de Foz do Iguaçu não prevê no seu Código de Postura a população de trabalhadores fronteiriços. Dessa forma, dificulta a atividade exercida por esses trabalhadores fronteiriços, primeiramente por que é preciso possuir residência em Foz do Iguaçu, documentos nacionais e declaração de procedência de origem da mercadoria. Assim, esses trabalhadores pendulares tranfronteiriços estão constantemente correndo o risco de perder as suas mercadorias.

## 7 A PESQUISA DE CAMPO NA TRÍPLICE FRONTEIRA

FOR AUTHOR USE ONLY

A pesquisa de campo foi realizada pela técnica de pesquisa etnográfica, com a aplicação de entrevistas semi-estruturadas e com a observação. A coleta dos dados foi realizada em três momentos: a primeira foi para mapear e observar o trabalho desenvolvido pelos sujeitos da pesquisa. No segundo momento, a ida a campo ocorreu para se aproximar, conversar, manter contato e explicar sobre a pesquisa. O terceiro momento serviu para voltar no campo e realizar as entrevistas.

Primeiramente foi realizado um mapeamento dos locais em que os trabalhadores estavam e quais eram os pontos fixos de venda das mercadorias. Em relação à observação, no primeiro momento não foi feito contato, não sabiam da minha existência, pois era para ver como esses trabalhadores se portariam sem a presença do pesquisador. Em um segundo momento, entrei em contato com esses vendedores e marquei uma breve conversa, para expor o que estava pretendendo com eles.

As observações foram feitas durante a semana, nas quartas e sextas-feiras. Os locais da observação foram no centro, na Avenida Brasil e na Avenida Juscelino Kubitscheck. Não andei junto com os vendedores, só observei como eles faziam as vendas e como abordavam os carros. Alguns

clientes já conhecidos dos vendedores só levantavam a mão e os vendedores já levavam o produto. A venda era feita entre os carros e gritando/falando qual mercadoria estava em mãos. Ao fazer essas observações, me posicionei em um ponto fixo, no ponto de venda de cada vendedor. Em nenhum momento andei com os pesquisados e acompanhei suas rotinas de venda.

Alguns desses trabalhadores têm um ponto fixo de venda, com ponto já estabelecido. Estes não precisam se locomover de tempos em tempos para outros locais, diferente de outros vendedores que algumas semanas ficam em uma avenida e depois mudam de lugar. Alguns trabalhadores têm seus pontos fixos e mesmo assim esses mesmos vendedores possuem alguns clientes fixos. Uma vez por semana eles levam seus produtos à esses consumidores. Existem também aqueles trabalhadores que não detém um ponto fixo, por isso uma semana podem ficar em uma ponta da avenida/rua e outra semana em outra ponta ou em outra avenida, para ter uma clientela mais ampla.

Nos pontos fixos são dispostas mesas de metais com tábua ao centro e do outro lado o carrinho de mão pequeno, fazendo assim uma mesa grande. As mercadorias são colocadas em cima e na frente. Em cima há um guarda sol para proteger do sol, o espaço é pequeno e tem uma cadeira de plástico para o vendedor sentar. A outra mesinha possui mais produtos e os vendedores a utilizam para embalar amendoins, alhos e bolachas. Existe também outro espaço, com caixas de feira com produtos em cima e outro carrinho de mão grande, com tábua em cima expondo mais mercadorias e um guardo sol.Com esse carrinho eles visitam alguns clientes. Há várias mercadorias em caixas de papelão, caixas de madeiras, uma ao lado da outra, com frutas, biscoitos e caixas com erva-mate.

FOR AUTHOR USE ONLY

Já naqueles que não tem um ponto fixo, as mercadorias ficam expostas em pequenas mesinhas dobráveis para o fácil manejo e em caixas de madeira de feira. Alguns produtos ficam em cima da mesinha ou da caixa de madeira, como: as frutas, biscoitos, amendoins e alho, outros como erva-mate e caixas de chá ficam no chão. Para facilitar o translado eles tem uma cadeira dobrável e sempre uma ou duas garrafas de água.

Assim que chegam aos pontos de venda, os produtos são expostos em mesinhas, em cima de caixas de madeiras. Esses trabalhadores transfronteiriços passam o dia sentados em suas cadeirinhas na calçada. Eles

chegam por volta das 7h da manhã no ponto de venda para organizar o local de trabalho. Aqueles que ficam no semáforo, oferecem os produtos entre os carros ao sinal ficar vermelho. Quando o semáforo está com sinal verde ficam sentados na espera de clientes.

Os trabalhadores que não ficam em semáforos, ficam sentados esperando os consumidores. Poucas vezes levantam para fazer alguma venda, isso só ocorre quando algum carro estaciona por perto e eles vão ver o que desejam. Geralmente esses vendedores têm alguns clientes fixos, que compram seus produtos nesses locais de venda. A maioria compra alho, cebola, erva-mate e outros condimentos. Ao final do dia juntam todas as mercadorias e levam para a van ou esperam o taxi para pegá-los na hora marcada e voltarem para as suas residências.

Por alguns produtos terem o prazo de validade longo acabam vendendo grande parte ou levam de volta para o Mercado de Abasto em Puerto Presidente Franco, de onde vem a maioria das mercadorias. Porém, a maioria dos vendedores não traz muitas mercadorias, pelo fato do translado e depender de van e/ou taxi.

FOR AUTHOR USE ONLY

Os locais em que esses vendedores mais atuam são em semáforo de avenidas e ruas com grande movimento, como na Avenida Juscelino Kubitscheck (JK), próximo ao viaduto da BR277; no cruzamento da Avenida Venezuela com a Avenida Paraná, próximo a Polícia Civil; na Avenida Brasil, próximo ao ponto de taxi; na Avenida Brasil próximo ao Colégio Vicentino São José; na Rua Belarmino de Mendonça, em frente ao Colégio Vicentino São José; e na Avenida João Paulo II, próximo ao Hotel Luz e a Rodoviária.

A ideia inicial era entrevistar um trabalhador de cada ponto mapeado, sendo 15 pontos distribuídos pela cidade de Foz do Iguaçu, porém com a rotatividade de pontos, a dificuldade de falar e compreender a língua portuguesa e a fiscalização da prefeitura, decidi concentrar a pesquisa em alguns pontos específicos e com maior movimentação de pessoas e vendedores. Portanto, foram duas entrevistas na Avenida Paraná, duas na Avenida JK, duas na Avenida Brasil e mais duas no cruzamento da Rua Belarmino de Mendonça com a Avenida Brasil, totalizando oito entrevistas. A Figura 3 ilustra os pontos que foram realizados as entrevistas:

Figura 3 – Mapa de Foz do Iguaçu com o trajeto da pesquisa de campo

**Fonte:**(GOOGLE MAPS, 2016).

Entrei em contato com os vendedores e depois de explicar minimamente a pesquisa, marcamos outro momento para de fato consolidar as entrevistas. Estas foram realizadas no ponto de venda de cada banca no Centro de Foz do Iguaçu. A ideia principal da entrevista era conversar com os trabalhadores e explorar a trajetória de vida e o cotidiano do trabalho, isso desde a saída de Ciudad del Este e/ou de Puerto Presidente Franco, até a chegada em seus pontos de comercialização em Foz do Iguaçu.

Realizei entrevistas e observação simultaneamente. Foram realizadas oito entrevistas, que duraram em média duas horas cada uma, pois havia clientes que paravam para comprar e perguntar os preços e sobre os produtos. As entrevistas ocorreram entre as nove horas até perto do meio dia, pois alguns desses trabalhadores saíam para atender clientes nas residências.

As entrevistas foram realizadas no local de trabalho, ou seja, nas calçadas das ruas consideradas mais movimentadas da cidade de Foz do Iguaçu. Para registrar as entrevistas foi utilizado o aplicativo de gravação de voz de celular. Foram elaboradas perguntas bases para dar início as entrevistas e elas perpassaram pelo perfil do trabalhador, ocupações passadas e perspectivas futuras.

FOR AUTHOR USE ONLY

## 8 MOBILIDADE PENDULAR TRASFRONTEIRIÇA

Os trabalhadores pesquisados são de origem paraguaia e vem de Ciudad del Este e de Puerto Presidente Franco. Das oito entrevistas com os trabalhadores, seis eram mulheres e dois eram homens. A idade variou de 26 anos a 57 anos. Quatro dos entrevistados moram em Ciudad del Este e outros quatro em Puerto Presidente Franco. As entrevistas realizadas com os trabalhadores foram individuais e no ponto de vendas em que cada um desenvolve a sua atividade.

A maioria desses trabalhadores acorda entre as 4h e 6h da manhã para comprar as mercadorias, organizar, colocar os produtos no transporte e atravessar a ponte. Em geral, os trabalhadores dependem de terceiros para fazer a locomoção transfronteiriça, porém, dos entrevistados somente Lorenzo (47) mantém uma moto para facilitar o acesso de travessia na ponte.

Nas falas dos entrevistados percebe-se certa variedade em relação às horas de saída de casa de cada trabalhador para ir a Foz do Iguaçu. Os horários variaram, em função da localidade e pela locomoção de cada trabalhador. Os trabalhadores que moram mais longe e dependem de terceiros para se locomover acordam mais cedo, como no caso daqueles que moram em Puerto Presidente Franco, que fica cerca de 20 km do cetro de Foz do Iguaçu. No entanto, esses trabalhadores precisam se locomover até a Ponte Internacional da Amizade para assim pegar um transporte e ir ao ponto de venda.

FOR AUTHOR USE ONLY

No caso da volta para casa, assim como o de ir para Foz do Iguaçu, o horário também é diversificado, porque, no caso da volta, o horário não tem relação com a distância, mas com as vendas. Nos locais em que está vendendo bem, há um número maior de clientes e os vendedores ficam por mais tempo, porém esse tempo não excede às 19h. Aqui é válido salientar duas falas, a primeira é do Sr. Lorenzo Ydala (47): “Volto às 17h, 18h, mas eu volto de meio dia para fazer almoço e pegar as crianças na escola, é sacrificado, mas fazer o quê?”.

Além da responsabilidade de levar dinheiro para casa, o Sr. Lorenzo Ydala que é de Ciudad del Este, também tem outra função, a de buscar as crianças na escola e de fazer almoço, para depois voltar para Foz do Iguaçu e

continuar sua atividade de vendedor. A segunda fala em destaque é da Dona Francisca (57), de Puerto Presidente Franco, mas o caso dela é um pouco diferente, chamo atenção para ela, pois a idade é mais avançada. A Dona Francisca depende do ônibus público para ir e vir. Ela sai do seu ponto às 17h30min, mas acorda as 4h da manhã ou antes disso para se preparar para atravessar a ponte.

Para aquele que tem o transporte próprio, a locomoção se torna menos complicada, pois vão direto ao seu ponto de venda. Os que não possuem veículos próprios precisam alugar um taxi, mas isso é mais complicado porque precisam ter um carro disponível para fazer o leva e traz. Na maioria das vezes, eles deixam combinado com o motorista do taxi a hora de sair e de voltar para Ciudad del Este. Normalmente os que não possuem carro migram de lugar. Esses ficam alguns dias em determinado ponto e outros dias em outros, como em semáforos e lugares com maior fluxo de pessoas, geralmente no centro e nos bairros com muitos comércios.

Atravessar a Ponte da Amizade de Foz do Iguaçu para Ciudad del Este ou de Ciudad del Este para Foz do Iguaçu há seus riscos. O principal deles é a apreensão das mercadorias e do carro. A fiscalização na aduana brasileira tem o foco direcionado aos "compristas"[13], muambeiros e sacoleiros que passam um nível alto de mercadorias em Ciudad del Este. O controle à esses trabalhadores ligados ao "circuito sacoleiro", ocorre porque podem trazer mercadorias importadas como eletroeletrônicos, bebidas entre outras acima da cota e demais mercadorias lícitas.

FOR AUTHORIST ONLY

Como já mencionado, de modo geral, a passagem, o translado, é feito de várias formas: de moto, de mototaxi, de taxi, de van, de ônibus e até mesmo de barco, depende de como a está a fiscalização aduaneira. Se a fiscalização está mais acirrada, ou como eles dizem "fazendo pente fino", a estratégia é passar de barco, porque se torna menos arriscado de perder as mercadorias.

Há alguns trabalhadores que tem seu próprio meio de transporte, como Lorenzo Ydala que tem uma moto para poder fazer o trajeto mais rápido, porque ele precisa ir a Ciudad del Este buscar os filhos e fazer almoço e voltar para Foz do Iguaçu. Já Carolina, não detém meio de transporte, porém o tio a

[13]São os *compristas* que visitam o Paraguai a passeio e, esporadicamente, realizam suas compras, não tendo como objetivo a revenda dos produtos no Brasil ou na Argentina.

leva e a busca todos os dias para facilitar o translado. Os outros trabalhadores dependem dos outros meios. Duas trabalhadoras contaram que há uma van que elas pagam para que levem e a buscam todos os dias.

Mesmo assim há relatos que os trabalhadores pesquisados já tenham perdido suas mercadorias e precisaram voltar para casa sem nada. Alguns desses trabalhadores escondem os produtos no carro para burlar a fiscalização e não serem pegos. No entanto há uma lei da Vigilância Sanitária que controla, fiscaliza e normaliza produtos advindo de outros países, nos portos e fronteiras e de Estados e municípios, como pode ser visto no inciso IV do Capítulo I da Lei nº 9.782: "exercer a vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras, podendo essa atribuição ser supletivamente exercida pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios" (BRASIL, 1999, p. 01). Tendo em vista que todos os produtos que entram no país, Estado e munícipio deve passar por fiscalização, a legislação assim prevê:

> Art. 57. A importação de alimentos, de aditivos para alimentos e de substâncias destinadas a serem empregadas no fabrico de artigos, utensílios e equipamentos destinados a entrar em contato com alimentos, fica sujeita ao disposto neste Decreto-lei e em seus Regulamentos sendo a análise de controle efetuada por amostragem, a critério da autoridade sanitária, no momento de seu desembarque no país. (BRASIL,1999, p. 01).

FOR ACADEMIC USE ONLY

Quando questionamos sobre alguma forma de conflito e tomada de mercadoria na Ponte da Amizade, dos oito entrevistados, apenas dois não tiveram problemas de perca de mercadoria na Ponte, porém, esses dois tiveram problemas com a fiscalização Federal nas ruas.

Os que tiveram problemas na aduana, foi porque a Polícia Federal estava tomando as mercadorias dos trabalhadores e mandava retornar ao Paraguai, como relata Julia: "Uma vez a gente estava passando de van, aí o Federal parou nós, pediu pra gente descer e perguntou o que tinha na van. Falamos que era alho, cebola, erva-mate, melão, aí eles pegaram tudo e falaram pra gente voltar.". Hugo reforça essa fala: "Quando os Federal faz os pente fino a gente sempre perde mercadorias, mesmo que não é eletrônico, computador. Eles falam que é proibido.".

Os outros dois entrevistados que não tiveram problemas na Ponte, tiveram problemas com a fiscalização nas ruas. Fatima (40), Ciudad del Este, fala que o problema é que os trabalhadores não estavam com identidade, além disso, Fatima nos relata outra coisa:

> Lá na Ponte, não! Porque compramos as mercadorias aqui no Brasil, no CEASA [Centrais de Abastecimento do Paraná], mas pouquinho tempo que a Federal tá querendo apreender nós, vieram e fizer uma operação, deram até uma multa em nós que estamos ilegais, eles falaram. Estamos ilegal, mas acho que não era isso o problema, era uma outra coisa. Depois eu recorri da multa e a Polícia Federal disse: "não é isso, é que você não estava com a identidade". Mentira, eu estava com a identidade, foi um rolo aí.

Por outro lado, Lorenzo Ydala disse: "Lá na Ponte, não! Mas aqui já, mas é normal a fiscalização.", Lorenzo Ydala entende que a fiscalização é algo normal, que acontece e por isso já não se preocupa mais com isso, pois sempre está com a identidade, porém fica desanimado quando a fiscalização leva suas mercadorias.

FOR AUTHOR USE ONLY

Perguntamos se já tiveram problemas com a prefeitura do município. Todos tiveram e disseram que a fiscalização diz que não podem ficar nos pontos em que vendem as mercadorias, e, por fim, tomam os produtos. No desespero de reaver as suas mercadorias, Dona Francisca foi atrás: "Levaram toda mercadoria de nós e nós foi a traz. Eu paguei 200 [reais] e pouquinho, foi o que ele cobrou pra devolver a mercadoria.".Todos os trabalhadores têm ciência que não podem ficar e nem vender produtos naqueles espaços, porém eles falam que não tem coisa melhor para fazer no Paraguai, como afirma Fatima:

> Já vieram falar que pela lei do munícipio é proibido o pessoal trabalhar em semáforo e pela lei do trânsito também está proibido, mas a gente sabe disso, só que a gente precisa trabalhar, tenho três filhos pra sustentar por isso, mas o problema pra nós, o Paraguai tá difícil, ainda mais com três filhos.

Ou seja, mesmo pelas adversidades e proibição, esses trabalhadores preferem se arriscar e continuar a vender nas ruas. Em relação a

documentação, a fiscalização brasileira não exige desses trabalhadores nada além dos documentos pessoais, porque não há documentação ou alvará para comercializar produtos onde esses trabalhadores estão desenvolvendo suas atividades. Além disso, é preciso ter documentos nacionais e residência fixa em Foz do Iguaçu para obter o alvará e declarar a origem de procedência dos produtos.

Com exceção da Dona Francisca e de Carolina (27), que trazem suas mercadorias do Mercado de Abastos de Perto Presidente Franco, os outros seis compram no Mercado de Abastos e no CEASA. As mercadorias trazidas do Paraguai são aquelas que normalmente não são comercializadas no Brasil, ou que custam mais caro.

Quando questionados sobre o começo da atividade, a maioria das respostas foi que trabalhavam em outra atividade que não era rentável ou satisfatória, como podemos ver no relato da Julia (43), Ciudad del Este:

> Eu vendia meias, calcinhas, cuecas na rua, lá na Ponte, daí eu tinha uma conhecida que fazia esse trabalho de vender os produtos aqui no centro e ela me chamou. Vim algumas vezes e gostei. Aqui é mais tranquilo, não preciso ficar andando o dia todo no sol.

FOR AUTHOR USE ONLY

Quando Julia era vendedora ambulante, nas ruas entre Ciudad del Este e Foz do Iguaçu, na região do *microcentro* paraguaio,ela ficava andando para cima e para baixo atrás de clientes e isso cansava e desgastava por ficar andando muito no sol. Já nesta nova atividade, seu expediente é considerado mais tranquilo, por não precisar andar no sol e nem sair em busca de novos clientes.

Outro relato é do Hugo (37), de Puerto Presidente Franco: “Eu trabalhava como *mesitero*, mas era ruim, porque trabalhava todos os dias e não ganhava muito e tinha um patrão que cobrava a gente demais, daí eu preferi sair e vender mercadorias em Foz que era mais tranquilo.” As falas de Hugo e de Julia são semelhantes, ambos não estavam satisfeitos com o trabalho que estavam realizando e pensaram na venda de produtos de especiarias. Além disso, esse tipo de trabalho é considerado uma forma mais tranquila, sossegada e autônoma, pois não precisam andar ou ficar no sol o dia todo, não têm patrão e podem fazer o seu horário de trabalho.

Diferentemente dos casos acima citados, Felícia (53), Ciudad del Este e a Dona Francisca (57), Puerto Presidente Franco, começaram na atividade muito novas. As duas relatam que começaram a vir com os pais há 40 anos, ajudando a passar as mercadorias na Ponte da Amizade, arrumando o ponto em que iriam ficar naquele dia. Conforme Felícia: “Já faz 40 anos que estou trabalhando aqui. Comecei junto com meu pai e minha mãe, a gente trazia as mercadorias do Paraguai, do Mercado de Abasto e vendia tudo aqui em Foz, na rua mesmo.”.

Tanto Dona Francisca como Felícia começaram na atividade vindo com os pais para ajudar. No entanto, há um diferencial: os pais da Dona Francisca vendiam as mercadorias que produziam em casa:

> Eu vinha com minha mãe e meu pai e depois comecei a vir com minha tia e com minha irmã. Aí começamos. Daí trabalhávamos, aí a gente trazia mercadoria de lá porque meu pai plantava. Meu pai plantava, plantava tomate, cebolinha verde, batata, mandioca nova, nós trazíamos tudo de lá, do nosso produto. Daí nós vínhamos aqui e daí a gente vendia tudo e quando nós vendemos tudo, nós comprávamos tudo no supermercado também aqui, no Supermercado Rio Branco, antigo né, tinha ali o Supermercado Rio Branco, e aí nós comprávamos mercadoria e levava pro nosso uso. Aqui do Brasil, comprava tudo e levava outra vez, e levava, levava pra nós, porque lá tem muito pouco açúcar, óleo, farinha, tudo assim, até que a gente leva osso, esse de carne com osso, comprava tudo e levava tudo pra minha mãe fazer.

No relato da Dona Francisca, observamos que a família dela trazia os produtos produzidos em casa para vender em Foz do Iguaçu e eles compravam alguns em Foz do Iguaçu para levar para casa, para suprir a necessidade de alguns produtos que estava em escassez no lado paraguaio.

Por fim, foi perguntado se eles tinham interesse de procurar outro trabalho e a maioria respondeu que não. Os únicos que responderam sim foram os dois homens, eles falaram que foram em busca de outros trabalhos, mas as empresas pedem experiência, tempo de serviço e como eles só trabalharam como *mesiteros*, dificulta encontrar outra forma para ganhar dinheiro. Já as seis mulheres disseram que não, que se sentem bem trabalhando nessa atividade, são mais autônomas e não possuem patrão para ficar mandando. Mesmo pelas dificuldades de acordar cedo, da fiscalização da

Polícia Federal tomar as mercadorias, da fiscalização municipal multar e de não ganhar muito, essa atividade é considerada melhor que trabalhar em outro lugar.

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste texto foi compreender o fenômeno da mobilidade pendular transfronteiriça que ocorre na Tríplice Fronteira. A coleta de dados foi realizada através da técnica etnográfica.

A mobilidade é compreendida como um ato de sair de um local e se deslocar para outro, por tempo determinado ou não e o trabalhador pendular é entendido como aquele que faz o movimento de ir e vir de um local para outro. O transfronteiriço é acrescentado nessa definição, porque atravessa uma fronteira entre países, configurando-se a “mobilidade pendular transfronteiriça”.

Os trabalhadores que atravessam a Ponte da Amizade todos os dias para vender suas mercadorias e voltam para as suas residências no Paraguai, ao final de cada dia, são entendidos dentro desse fenômeno da “mobilidade pendular transfronteiriça”, pois enxergo nestes trabalhadores pendulares transfronteiriços a materialização do conceito aqui construído e estudado.

FOR AUTHOR USE ONLY

Todavia, o ato de migrar pode haver e envolver vários elementos para a saída de um país e adentrar em outro. Nesse sentido, existem outras formas de deslocamento populacional interna e que é presente nas regiões fronteiriças e que acontecem diariamente.

Nota-se uma falta de visibilidade do poder público no âmbito nacional e municipal, no sentido de auxílio e de políticas especificamente a esses trabalhadores fronteiriços. Existem declarações e acordos tratando do migrante de forma geral como um trabalhador, como citamos os tratados da ONU, OIT e do MERCOSUL, contudo, e além disso, o trabalhador fronteiriço não possui garantias legais na prática. A questão não é coibir, limitar, abolir, mas sim desenvolver uma legislação que possa tratar desses sujeitos que diariamente sustentam suas famílias através das atividades fronteiriças.

Para mais além, é preciso observar que cada fronteira tem a sua singularidade, com seus problemas, conflitos e confrontos, mesmo assim os sujeitos fronteiriços, ambulantes, barqueiros, carregadores, cigarreiros,

freteiros, mototaxistas, laranjas, são trabalhadores que lutam, resistem e sobrevivem construindo diariamente a fronteira.

## REFERÊNCIAS


ALBUQUERQUE, José Lindomar. **A dinâmica das Fronteiras**: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai.São Paulo: Annablume/FAPESP, 2010.

BERNARDI, René Alfonso Castro. **Trajetória e integração de imigrantes sul-americanos no Paraná**: o caso dos argentinos, chilenos, paraguaios e uruguaios no Paraná, 1980-2011. 2014. 306 f. Tese (Doutorado em Sociologia) Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

BRASIL. **Leinº 9.782, de 26 de janeiro de 1999**. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/33916/388704/lei_9782_99.pdf/92a497c2-9d19-4ce0-8eaa-624b8d6bd245>. Acesso em: 23 jan. 2017.

CARDIN, Eric Gustavo. Notas para o estudo dos processos migratórios no Brasil. In: COLOGNESE, Silvio Aantônio (Org.). **Fronteiras do saber sociológico**. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

_____. **Sacoleiros e Laranjas na Tríplice Fronteira**: uma análise da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo. 2006. 140 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Araraquara: UNESP, 2006.

CARDOSO, Nelson Ari; MOURA, Rosa, 2012. **Mobilidade transfronteiriça:** o ir vir na fronteira do possível. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/4329/4199>. Acesso em: 11 dez. 2016.

CASTILLHOS, Osiris Rodriguez. **Camino de los quileros**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CpfK99zrICg>. Acesso em: 2 fev. 2017.

CORONEL, Oberty. **Práticas Sociais e Trajetórias dos Trabalhadores Brasileiros nas Empresas de Ciudad Del Este – Paraguai**. 2013. 117 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/*Campus* Toledo, 2013.

DAMATTA, Roberto. ***A casa e a rua:*** **espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.** 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAVI, Elen Patricia de Jesus Silva. **Trabalhadores na "fronteira"**: experiência dos sacoleiros e laranjas em Foz do Iguaçu – Ciuldad del Este (1990/2006). 2008. Dissertação. 140 f. (Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/*Campus* Marechal Candido Rondon, 2008.


FOR ACADEMIC USE ONLY

FARINA, Bernardo Cunha. **Trabalhadores fronteiriços na tríplice fronteira**: confronto entre a igualdade jurídica e a realidade. 2015. 210 p. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/*Campus* Foz do Iguaçu.

FIOROTTI, Cíntia. **Fronteira Brasil-Paraguai**: trabalhadores no transporte não regulamentado de café em 1960.Disponível em: <http://www.seminarioamericaplatina.com/restrito/trabalho/Cintia-Fiorotti-Lima-291014-2258-Cintia%20Fiorotti%20-%20Texto%20Dourados%20_1_.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2016.

_____. **História de trabalhadores e do trabalho na fronteira Brasil-Paraguai (1960-2015)**.2015.285 f.Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

GOOGLE MAPS. **Maps.** 2016. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-25.5417135,-54.5380023,13z?hl=pt-BR> Acesso em: 13 dez. 2016.

GRIMSON, Alejandro. **La fabricación cotidiana de la frontera política**. Un análisis de Posadas (Argentina)/ Encarnación (Paraguay) y Uruguayana (Brasil)/Libres (Argentina). Meeting of the Latin American Studies Association Hyatt Regency Miami March, p. 16-18, 1999.

LAMEIRA, Verônica de Castro. **Mobilidade pendular para trabalho e diferenciais de rendimentos nas aglomerações urbanas brasileiras**: um estudo a partir do censo 2010. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro/2014/submissao/files_I/i10-4e4f47c09d01b65f2463137f035a904d.pdf>. Acesso em: 10 maio 2016.

LIMA, Perci. **Foz do Iguaçu e suas histórias.** Foz do Iguaçu : Serzgraf, 2001.

MASUZAKI, Teresa Itsumi. **As condições de Trabalho dos Brasileiros no Comércio em Salto del Guairá – Paraguai**. Monografia. 2010. 80 f. (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/*Campus* Marechal Cândido Rondon, 2010.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Portaria MTb/SPES nº 1 de 28/01/1997**. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=181654>. Acesso em: 20 maio 2016.

NOSSO TEMPO. **Vendedores ambulantes estão revoltados com os fiscais da prefeitura**.Foz do Iguaçu, 11-17 ago. 1989, p. 4. Disponível em: <http://www.nossotempodigital.com.br/arquivo/nosso_tempo_368/nosso_tempo_368.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2017.

FOR AUTHOR USE ONLY

Organização Internacional do Trabalho (OIT). **Convenção n.º 97**:Convenção sobre Trabalhadores Migrantes (Revista), 1949. Disponível em: <http://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_235186/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 1 fev. 2016.

OJIMA, Ricardo et al.Cidades-dormitório e a mobilidade pendular: espaços da desigualdade na redistribuição dos riscos socioambientais? In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais**. Caxambu: ABEP; set/out; 2008. Disponível em: <http://www.anpocs.org/index.php/papers-32-encontro/gt-27/gt01-19/2263-ricardoojima-o-estigma/file>. Acesso em: 12 set. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU).**Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <http://nacoesunidas.org/carta/>. Acesso em: 12 fev. 2016.

_____.**Convenção da ONU sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias**. 1990. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/917816.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2016.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **"A garantia soy yo"**: Etnografia das práticas comerciais entre camelôs e sacoleiros nas cidades de Porto Alegre (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai).2005.143 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Made in China**: produção e circulação de mercadorias no circuito China-Paraguai-Brasil. 2009. 332 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. **Alvará de licença para ambulante**. 2016. Disponível em: <http://www.pmfi.pr.gov.br/conteudo/%3Bjsessionid%3Da400c6092f81ac7eb0cd1931a918?idMenu=337>. Acesso em: 13 maio 2016.

_____. **Decreto nº 24.594, de 16 de maio de 2016**.Regulamenta a inscrição no Cadastro Municipal de Contribuintes - CMC -, no Cadastro Municipal Econômico - CME - e a concessão de Licenças. 2016. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/decreto/2016/2459/24594/decreto-n-24594-2016-regulamenta-a-inscricao-no-cadastro-municipal-de-contribuintes-cmc-no-cadastro-municipal-economico-cme-e-a-concessao-de-licencas>. Acesso em: 13 dez. 2016.

PRIORI, A., et al. História do Paraná: séculos XIX e XX [online]. Maringá: Eduem, 2012. **O Território Federal do Iguaçu.** pp. 59-74. ISBN 978-85-7628-587-8. Available from SciELO Books. Disponível em: http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-06.pdf

FOR AUTHOR REVIEW ONLY

RELATORIOSGEO2013. **Dinâmica territorial da tríplice fronteira:** uma aproximação analítica sobre o uso e apropriação do território. Disponível em:<http://relatoriosgeo2013.blogspot.com.br/2013/06/dinamica-territorial-da-triplice_5225.html>. Acesso em: 11 fev. 2017.

RIBEIRO, Danilo George. **Metamorfoses na cidade: tensões e contradições na produção e apropriação do espaço urbano em Foz do Iguaçu.** 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Unioeste, Toledo, 2016.

SOUZA, Aparecida Darc de. **FORMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DE FOZ DO IGUAÇU: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008).** 2009. 218f. Tese (Doutorado em História Econômica)–Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

STAMM, Cristiano. **O fenômeno entre cidades de porte médio**: o caso de Cascavel e Toledo (PR).2005. 120 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio do Centro de Ciências Sociais Aplicadas – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/*Campus* Toledo, 2005.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Obrageros, Mensus e Colonos: história do oeste paranaense.** Curitiba: Ed. Vicentina, 1982.

FOR AUTHOR USE ONLY

# Índice

RESUMO ..... 3
RESUMEN ..... 4
1 INTRODUÇÃO ..... 5
2 BREVE HISTÓRICO E FORMAÇÃO URBANA DE FOZ DO IGUAÇU ..... 7
3 CONTEXTUALIZAÇÃO ..... 14
4 CONCEITUANDO A MOBILIDADE PENDULAR TRANSFRONTEIRIÇA ..... 17
5 AS (IM)PREVISÕES LEGAIS PARA O TRABALHADOR TRANSFRONTEIRIÇO ..... 21
6 PREVISÕES LEGAIS SOBRE OS AMBULANTES EM FOZ DO IGUAÇU ..... 25
7 A PESQUISA DE CAMPO NA TRÍPLICE FRONTEIRA ..... 28
8 MOBILIDADE PENDULAR TRASFRONTEIRIÇA ..... 32
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... 38
REFERÊNCIAS ..... 39

FOR AUTHOR USE ONLY

FOR AUTHOR USE ONLY

FOR AUTHOR USE ONLY

FOR AUTHOR USE ONLY

Buy your books fast and straightforward online - at one of world's fastest growing online book stores! Environmentally sound due to Print-on-Demand technologies.

Buy your books online at
**www.morebooks.shop**

Compre os seus livros mais rápido e diretamente na internet, em uma das livrarias on-line com o maior crescimento no mundo! Produção que protege o meio ambiente através das tecnologias de impressão sob demanda.

Compre os seus livros on-line em
**www.morebooks.shop**

KS OmniScriptum Publishing
Brivibas gatve 197
LV-1039 Riga, Latvia
Telefax: +371 686 204 55

info@omniscriptum.com
www.omniscriptum.com

OMNIScriptum


FOR AUTHOR USE ONLY

FOR AUTHOR USE ONLY

FOR AUTHOR USE ONLY

FOR AUTHOR USE ONLY